RECONHECIMENTO DE RECEITA: UMA ANÁLISE DA ADERÊNCIA AO CPC 30 PELAS EMPRESAS PERTENCENTES AOS SETORES DE MAIOR REPRESENTATIVIDADE NO ÍNDICE BOVESPA

**RESUMO**

Com a promulgação da Lei nº 11.638/2007 as empresas brasileiras foram obrigadas a atender aos princípios contábeis aprovados pelo International Accounting Standards Board (IASB) por meio do International Financial Reporting Standards (IFRS), com o intuito de apresentar suas demonstrações financeiras de acordo com os padrões internacionais. Este estudo tem o objetivo de analisar o cumprimento dos critérios para reconhecimento de receitas estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (CPC 30) de empresas de capital aberto no Brasil. A pesquisa tem caráter qualitativa, descritiva e documental e foram analisados o cumprimento dos critérios para reconhecimento de receitas determinados pelo CPC 30 de uma amostra de empresas pertencentes à carteira teórica do índice Bovespa, por meio da análise de suas Demonstrações Financeiras divulgadas para o mercado no período de 2008 a 2013. Destaca-se que o critério que trata da transferência dos riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens ao comprador foi o que teve maior divulgação no período analisado com 77% das empresas em 2008 e 100% em 2013. Já os critérios que tratam sobre a confiabilidade da mensuração do valor da receita e sobre a probabilidade da fluição dos benefícios econômicos associados à transação para a entidade também tiveram uma maior adoção desde 2008 com 38% em ambos critérios para 100% e 92%, respectivamente, em 2013. Considerando os resultados obtidos na análise, pode-se se inferir que as empresas compreendidas neste estudo estão aderentes aos princípios de reconhecimento de receitas estabelecidos pelas normas internacionais.

**Palavras-chave:** Reconhecimento de Receitas. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 30. IFRS.

**REVENUE RECOGNITION: AN ANALYSIS OF THE TACK CPC 30 BY COMPANIES BELONGING TO THE REPRESENTATION OF GREATER SECTOR IN BOVESPA INDEX**

**ABSTRACT**

The enactment of nº 11.638/2007 law required Brazilian companies to meet the accounting principles adopted by the International Accounting Standards Board (IASB) through International Financial Reporting Standards (IFRS) in order to disclose its financial statements in accordance with international standards. This study aims to assess if criteria of revenue recognition established by the Accounting Pronouncements Committee (CPC) (CPC 30) are being attended by public companies in Brazil. This is a qualitative, descriptive and documentary study to check the compliance of revenue recognition regulations determined by CPC 30 using a sample of companies belonging to the theoretical portfolio of the Bovespa index verifying its financial statements disclosed in the period from 2008 to 2013. The criteria regarding to transfer of the significant risks to the customer was the widespread one in the period with 77% of companies in 2008 and 100% in 2013. The both criteria regarding to fixed price and the likelihood of value added to the company showed a higher increase since 2008 from 38% to 100% and 92% respectively in 2013. The exceptions did not significantly change the considerations of the consolidated sample. Based on the results obtained it is possible infer the companies included in this study are adhering to the principles of revenue recognition established by international standards.

**Keywords:** Revenue Recognition. Committee of Accounting Pronouncements. CPC 30. IFRS.

# INTRODUÇÃO

As informações divulgadas pelas empresas de capital aberto são indispensáveis para auxiliar os acionistas nas suas decisões de investimento, pois elas refletem a saúde patrimonial dos seus ativos. Para Assaf Neto (2014) a decisão de investir em ações deve ser precedida de uma análise das expectativas de rendimentos a serem auferidos ao longo do prazo e, também, pela valorização que venha a ocorrer nesses valores mobiliários. Segundo Marion (2012) a Contabilidade é o instrumento que coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem para essa tomada de decisões.

Com a aprovação da Lei nº 11.638/2007 as empresas brasileiras foram obrigadas a atender aos princípios contábeis aprovados pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* por meio do *International Financial Reporting Standards (IFRS)* com o objetivo de apresentar suas demonstrações financeiras de acordo com os padrões internacionais. Para Payne e Ranagan (2008), esse processo pode ser definido em cinco grandes níveis: adoção, convergência, harmonização, adaptação e deliberações informadas. O primeiro significa aceitar, formalmente, os novos padrões e torná-los efetivos. A convergência deve resultar em um conjunto único de padrões contábeis de alta qualidade que requerem transparência e comparatibilidade das informações das demonstrações financeiras. A harmonização refere-se ao processo que conduz os padrões contábeis para que eles se tornem compatíveis com os padrões internacionais. A adaptação tem por objetivo identificar as necessidades de cada país e fazer modificações necessárias em suas normas para que elas estejam em consonância com os demais países. As deliberações referem-se ao comprometimento dos reguladores em considerar o trabalho de outros reguladores e desenvolver o melhor padrão contábil.

No que tange a apresentação das demonstrações financeiras um aspecto relevante para os usuários destas informações é o reconhecimento de receitas. Hendriksen e Van Breda (1999) destacam que o reconhecimento de receitas é um importante ingrediente na mensuração do desempenho empresarial. Neste sentido, a Deliberação nº 597 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de 15 de setembro de 2009, aprovou o Pronunciamento Técnico 30 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que trata de receitas e que faz que faz correlação a Norma Internacional 18 do IAS (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012). Da mesma maneira, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Resolução CFC nº 1.412/2012 aprovou a NBC TG 19.30 que trata de Receitas (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2012).

O montante de receita reconhecida no período é fundamental para a determinação do resultado do exercício e influencia diretamente na distribuição de dividendos. Desta forma, a correta divulgação destas informações é essencial para os acionistas, pois elas influenciam o processo de tomada decisão. Do mesmo modo, o processo de aderência aos padrões internacionais é importante em termos de comparatibilidade das informações apresentadas pelas empresas devido a um ambiente dependente de relações globais.

Com isso, este estudo se propõe responder a seguinte questão: **como as empresas de capital aberto no Brasil estão atendendo aos princípios de reconhecimento de receitas estabelecidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis?** Para responder à questão proposta, esta pesquisa objetiva analisar o cumprimento dos critérios para reconhecimento de receitas determinados pelo CPC 30 de uma amostra de empresas pertencentes à carteira teórica do índice Bovespa, por meio da análise de suas Demonstrações Financeiras divulgadas para o mercado no período de 2008 a 2013.

Este estudo está organizado da seguinte forma: na introdução é apresentado o contexto da pesquisa e as referências técnicas iniciais sobre o tema reconhecimento de receitas. No referencial teórico, são abordados as bases acadêmicas e pronunciamentos técnicos que fundamentam o tema. Nos procedimentos metodológicos destaca-se a pesquisa como qualitativa, descritiva e documental em relação à abordagem do problema, aos objetivos e procedimentos, respectivamente. Na quara parte é realizada a análise dos resultados com base nas informações publicadas. Finalmente, nas considerações finais são apresentadas as conclusões sobre a qualidade das informações divulgadas ao mercado no período analisado.

# REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são apresentados os conceitos de qualidade da informação contábil, destacando a sua importância para o mercado, bem como, a definição, a mensuração e o reconhecimento de receitas.

2.1 A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

O processo de convergência aos padrões internacionais no Brasil iniciou-se com a promulgação da Lei nº 11.638/2007. No entanto, assim como em outros países, o Brasil continua enfrentando muitos desafios na adoção do IFRS como prática contábil. Gray (1988) classifica o Brasil entre os países de influência eurocontinental, que se caracterizam por um menor espaço para julgamento do profissional no exercício da contabilidade, um maior formalismo e uniformidade na aplicação das normas, pouca transparência nas informações e um maior grau de conservadorismo na mensuração do resultado.

Niyama (2010) destaca como causas das diferenças internacionais características: valores culturais, tradição histórica, estrutura política, econômica e social, que acabam refletindo na evolução das práticas contábeis de cada país. O autor também destaca como causas das diferenças internacionais características: valores culturais, tradição histórica, estrutura política, econômica e social, que acabam refletindo na evolução das práticas contábeis de cada país. Embora as características regionais possam influenciar no processo de convergência nos países, elas não devem impactar o objeto da Contabilidade, que conforme define Iudícibus e Marion (1999) consiste em fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade. Iudícibus (2010) ainda reforça que o objetivo da Contabilidade praticamente permaneceu inalterado ao longo dos anos, pois as mudanças substanciais verificaram-se nos tipos de usuário e nas formas de informação que têm sido demandadas.

Um aspecto de grande importância para os usuários da Contabilidade refere-se à qualidade das informações contábeis divulgadas pela entidade. De acordo com Paulo (2012) a qualidade da informação contábil pode ser avaliada por um conjunto de atributos como persistência, conservadorismo, gerenciamento de resultados, qualidade da estimação das provisões, transparência, nível de *disclosure*, entre outros.

Conforme Barth, Landsman e Lang (2008), as empresas que estão de acordo com as normas contábeis internacionais apresentam maior qualidade de informação, e como consequência apresentam menor manipulação da receita, melhor realização a tempo das perdas e uma alta associação do valor contábil com o custo e o retorno. Adicionalmente, destacam que as empresas que aderem aos padrões internacionais têm melhor capacidade de mostrarem qualidade informacional, e assim atrair investidores, do que conseguiriam apresentando relatórios baseados nas normas nacionais.

O aprimoramento da qualidade das informações também auxilia no crescimento da transparência nas divulgações ao mercado. Melhorar a qualidade da informação significa principalmente aumentar a transparência e minimizar ou impossibilitar a manipulação de dados, que é feita por algumas empresas para mostrarem resultados convenientes, mas não verdadeiros, iludindo assim o usuário da informação (PERERA; BAYDOUN, 2007). A principal motivação que impulsiona tanto contabilistas a estudarem os melhores padrões de harmonização, quanto gestores a efetuarem mudanças em suas empresas para adequarem-se a estes novos padrões é o mesmo: melhoria da qualidade da informação contábil (COELHO; NIYAMA; RODRIGUES, 2011).

2.2 DEFINIÇÃO DE RECEITA

O conceito que define receita está associado a variação positiva de um ativo conforme define o CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012):

aumento nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos que resultam em aumentos do patrimônio líquido da entidade e que não sejam provenientes de aporte de recursos dos proprietários da entidade.

Neste sentido, Iudícibus *et al.* (2012) definem que a receita é um fator primordial para uma correta mensuração de desempenho de uma empresa, sendo o item de maior importância nas demonstrações financeiras. Desta maneira, Iudícibus (2010, p. 155) define:

receita é a expressão monetária, validada pelo mercado, do agregado de bens e serviços da entidade, em sentido amplo (em determinado período de tempo), e que provoca um acréscimo concomitante no ativo e no patrimônio líquido, considerado separadamente da diminuição do ativo (ou do acréscimo do passivo) e do patrimônio líquido provocados pelo esforço em produzir tal receita.

Hendriksen e Van Breda (1999) analisam as definições de receita sobre três enfoques: a receita como um produto, como um fluxo de saída ou como um fluxo de entrada, sendo que a definição como produto da empresa é superior ao conceito de fluxo de saída e este é superior ao de fluxo de entrada. Paton e Littleton (*apud* Hendriksen e Van Breda, 1999) reforçam que a receita é definida como um produto da empresa, pois a empresa criação de bens e serviços durante um período é denominada de produto.

Sprouse e Moonitz (1962 *apud* IUDÍCIBUS, 2010) reforçam que a receita de uma empresa durante um período de tempo representa uma mensuração do valor de troca dos produtos (bens ou serviços). Este conceito vincula à mensuração da receita, mas o mesmo se justifica pelo fato de que para existir uma receita tem que haver um valor de troca pelo produto. Muitos conceitos confundem a mensuração de receita com a definição de receita, pois ao analisar a natureza de uma receita chamam a atenção de que em nível mais fundamental, receita é aumento de lucro (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

O CPC ainda define que a receita surge no curso das atividades ordinárias da entidade e é designada por uma variedade de nomes, tais como vendas, honorários, juros, dividendos e *royalties* (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012). Hendriksen e Van Breda (1999) consideram, de forma mais ampla, que as receitas são atividades produtoras de riqueza da empresa, e que ganhos em sua maioria são transferências inesperadas de aplicação destes recursos. Desta forma, a receita pode ser entendida com uma variação positiva nos Patrimônio Líquido da entidade derivado da venda de produtos.

2.3 MENSURAÇÃO DA RECEITA

A mensuração da receita é um elemento fundamental para a definição do resultado do exercício. O CPC define mensuração como (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012):

o montante da receita proveniente de uma transação é geralmente estabelecido entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo. É mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, ou a receber, deduzida de quaisquer descontos comerciais (*trade discounts*) e/ou bonificações (*volume rebates*) concedidos pela entidade ao comprador.

Para Hendriksen e Van Breda (1999) a receita, independentemente de como seja definida, deve ser medida, em termos ideais, pelo valor de troca do produto ou serviço da empresa. Neste sentido, o CPC define que a receita deve ser mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, sendo que na maior parte dos casos, a contraprestação é feita na forma de caixa ou equivalente de caixa e o valor da receita é o valor em caixa ou equivalente de caixa recebido ou a receber (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012).

A definição para valor justo de acordo com o CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 46, 2012) é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Neste contexto, o CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 46, 2012) ainda destaca o valor de mercado como base de mensuração do valor justo:

valor justo é uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da entidade. Para alguns ativos e passivos, pode haver informações de mercado ou transações de mercado observáveis disponíveis e para outros pode não haver. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo em ambos os casos é o mesmo – estimar o preço pelo qual uma transação não forçada para vender o ativo ou para transferir o passivo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração sob condições correntes de mercado (ou seja, um preço de saída na data de mensuração do ponto de vista de participante do mercado que detenha o ativo ou o passivo).

Para Kam (1986) a mensuração envolve a vinculação do sistema formal e do sistema numérico, com alguns aspectos ou eventos, por meio de regras estabelecidas, as quais, para ele, consistem em definições operacionais que permitem estabelecer as conexões. Já Vickrey (1970) define mensuração como a atribuição de números para representar elementos ou suas propriedades em um sistema especial sobre as bases do isomorfismo ou homomorfismo existente entre um ou mais sistemas relacional empírico (SRE) e um ou mais sistemas relacional numérico (SRN).

2.4 RECONHECIMENTO DA RECEITA

O conceito base para o reconhecimento de receitas é a transferência da propriedade ao comprador. Hendriksen e Van Breda (1999) destacam que a receita deve ser reconhecida quando for: a) obtida; b) realizada ou realizável. Deste mesmo modo, para o atendimento destes princípios, o CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012) determina que a receita proveniente da venda de bens deve ser reconhecida quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

(a) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens;

(b) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade e tampouco efetivo controle sobre tais bens;

(c) o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade;

(d) for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade; e

(e) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser mensuradas com confiabilidade.

Para Niyama e Silva (2013) o processo de reconhecimento da receita está ligado a venda, embora a venda não seja um critério de reconhecimento e sim um ponto de partida. Os erros cometidos pelas empresas ocorrem pelas incertezas que cercam a contabilidade a respeito do instante de reconhecimento da receita. Esse erro pode ser chamado de “erro de corte” conforme demonstrado pelo Quadro 1.

**Quadro 1 – Processo de Reconhecimento de Receita**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| t = 1 |  | t = 2 |  | t = 3 |  | t = 4 |
| Compra Matéria Prima |  | Fabricação |  | Venda |  | Recebimento |
|  |  |  |  |  |  |

Fonte: Niyama e Silva (2013, p. 213).

Verifica-se que o processo de reconhecimento de receita demonstra um ciclo de produção típico de uma indústria, desde a compra da matéria-prima, o processo produtivo, a venda e o recebimento, onde t = 3 representa o instante em que a Contabilidade tipicamente reconhece a receita. Poderá ser reconhecido também o recebimento no instante t = 4, quando for duvidoso que o cliente irá efetuar o pagamento.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 227) ressaltam que o processo de reconhecimento de receitas é contínuo, sob o ponto de vista econômico:

o produto da empresa emerge gradativamente, à medida que as matérias-primas são reunidas e transformadas ou processadas pela aplicação de mão de obra e equipamento. O transporte de matérias-primas à fábrica, e do produto final ao mercado, também fazem parte do processo de obtenção de resultado, num sentido econômico.

Contudo, os autores ressaltam que o custo de acumulação contínua de receitas impede o uso universal do reconhecimento contínuo na prática. Com isso, os contadores tem buscado um único momento para determinar que uma receita foi legitimamente obtida. O CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012) reconhece a singularidade em determinar o momento ideal, dependendo da situação de venda:

a avaliação do momento em que a entidade transfere os riscos e os benefícios significativos da propriedade para o comprador exige o exame das circunstâncias da transação. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e dos benefícios inerentes à propriedade coincide com a transferência da titularidade legal ou da transferência da posse do ativo para o comprador. Tais casos são típicos das vendas a varejo. Em outros casos, porém, a transferência dos riscos e benefícios da propriedade ocorre em momento diferente da transferência da titularidade legal ou da transferência da posse do ativo.

Para Marion (2012), o regime de competência é quando ocorre a apropriação das receitas e despesas ao período de sua realização, independentemente do efetivo recebimento das receitas ou do pagamento das despesas. Porém, quando as despesas não possam ser mensuradas confiavelmente, a receita não pode ser reconhecida. Neste sentido, o CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012) ressalta que o atendimento do regime de competência é mandatório para o reconhecimento das receitas:

a receita e as despesas relacionadas à mesma transação ou a outro evento devem ser reconhecidas simultaneamente; esse processo está vinculado ao princípio da confrontação das despesas com as receitas (regime de competência). As despesas, incluindo garantias e outros custos a serem incorridos após o despacho dos bens, podem ser mensuradas com confiabilidade, quando as outras condições para o reconhecimento da receita tenham sido satisfeitas. Contudo, quando as despesas não puderem ser mensuradas com confiabilidade, a receita não pode ser reconhecida. Em tais circunstâncias, quaisquer contraprestações já recebidas pela venda dos bens devem ser reconhecidas como passivo.

Para Almeida (2010) a receita não é reconhecida quando existe apenas a intenção de adquirir ou produzir as mercadorias a tempo para a entrega, logo elas só poderão ser reconhecidas quando da sua realização. A receita só deve ser reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012).

# 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto a forma de abordagem do problema este estudo é classificado como qualitativo (RAUPP; BEUREN, 2013). Neste sentido, Richardson (2008) destaca que a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Este estudo analisa de forma qualitativa as informações apresentadas ao mercado pelas empresas de capital aberto.

No que se refere aos objetivos, esta pesquisa é classificada como descritiva, pois conforme define Gil (2010) tem como principal finalidade descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Neste sentido, a amostra selecionada nesta pesquisa descreve se as práticas contábeis adotadas estão em consonância com os requisitos técnicos expedidos pelo CPC.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é classificada como documental em função do procedimento que se utilizou para a apreensão, compreensão e análise de documentos que não receberam tratamento analítico, objetos aqui da investigação (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Esta pesquisa visa identificar qual o nível de aderência de uma amostra de 13 empresas pertencentes à carteira teórica do índice BOVESPA relativo ao quadrimestre janeiro-abril de 2014, o que corresponde a 36,9% do índice, para verificar se elas estão aderentes aos critérios de divulgação das políticas contábeis adotadas para o reconhecimento de receitas estabelecidos pelo CPC 30 com base nas Demonstrações Financeiras divulgadas para os exercícios findos no período de 2008 a 2013. A amostra analisada compreende 78 Demonstrativos Financeiros os quais foram selecionados de acordo com a representatividade dos setores selecionados no índice BOVESPA, excetuando-se as Instituições Financeiras devido a características particulares deste setor.

A Tabela 1 apresenta a amostra destacada, composta por empresas dos setores que possuem maior representatividade no índice BOVESPA no quadrimestre de janeiro a abril de 2014.

**Tabela 1 – Relação das empresas pertencentes aos setores de maior representatividade no Índice BOVESPA**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Setor** | **Empresa** | **% do Ibovespa** |
| Petróleo, Gás e Biocombustíveis | Petrobrás | 14,5% |
| Braskem | 0,4% |
| **Subtotal** | **14,9%** |
| Mineração | Vale | 8,3% |
| MMX Mineração | 0,1% |
| **Subtotal** | **8,4%** |
| Alimentos Processados | BRF | 3,6% |
| JBS | 1,6% |
| Cosan | 0,5% |
| Marfrig | 0,3% |
| **Subtotal** | **5,9%** |
| Bebidas | Ambev | 5,2% |
| **Subtotal** | **5,2%** |
| Siderurgia e Metalurgia | Gerdau | 1,1% |
| Companhia Siderúrgica Nacional | 0,7% |
| Metalúrgica Gerdau | 0,4% |
| Usiminas | 0,4% |
| **Subtotal** | **2,5%** |
| **Total** |  | **36,9%** |

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2014).

Os dados coletados foram analisados por meio da técnica análise de conteúdo com base nos itens de divulgação obrigatória determinados pelo CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 30, 2012):

(a) as políticas contábeis adotadas para o reconhecimento das receitas, incluindo os métodos adotados para determinar o estágio de execução (stage of completion) das transações que envolvam a prestação de serviço;

(b) o montante de cada categoria significativa de receita reconhecida durante o período, incluindo as receitas provenientes de: venda de bens, prestação de serviços, juros, royalties, dividendos;

(c) o montante de receitas provenientes de troca de bens ou serviços incluídos em cada categoria significativa de receita; e

(d) a conciliação entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins tributáveis

Para Flick (2009), a análise de conteúdo, além de realizar a interpretação após a coleta dos dados, desenvolve-se por meio de técnicas mais ou menos refinadas. Dessa maneira, a análise de conteúdo vem se mostrando como uma das técnicas de análise de dados mais utilizada no Brasil, especialmente nas pesquisas qualitativas (DELLAGNELLO; SILVA, 2005).

**4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Nesta seção são apresentados os resultados da análise proposta a partir da análise de conteúdo das Demonstrações Financeiras divulgadas pelas 13 empresas selecionadas. São destacadas as peculiaridades e os aspectos comuns da amostra no período analisado.

4.1 ANO DE ADESÃO AO IFRS

A adesão ao IFRS foi mandatória para as empresas brasileiras a partir do ano de 2010, todavia, a adesão voluntária e antecipada era permitida pela legislação desde 2007. A Tabela 2 evidencia o ano de adesão das empresas em estudo.

**Tabela 2 – Ano de Adesão ao IFRS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **Empresa** | **%** |
| 2007 | Gerdau | 15% |
| Metalúrgica Gerdau |
| 2008 | Ambev | 8% |
| 2009 | N/A | 0% |
| 2010 | Petrobrás | 77% |
| Vale |
| BRF |
| JBS |
| Companhia Siderúrgica Nacional |
| Cosan |
| Braskem |
| Usiminas |
| Marfrig |
| MMX Mineração |
| **Total** |  | **100%** |

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2014).

Contata-se, por meio da Tabela que apenas três empresas: Ambev, Gerdau e Metalúrgica Gerdau anteciparam a adoção do modelo do IFRS como padrão para as suas Demonstrações Financeiras, ou seja, 23% da amostra. A adesão voluntária ao processo de reconhecimento de receitas estabelecido pelo IFRS permitiu que estas empresas estivessem melhor preparadas para a adesão obrigatória em 2010 e, desta maneira, com condições suficientes para divulgar informações contábeis aderentes na sua totalidade ao modelo internacional.

4.2 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

As políticas adotadas pelas empresas para reconhecimento de receitas têm obrigatoriedade de divulgação desde a adoção do IFRS como padrão contábil. A amostra pesquisada demonstra que as empresas já vinham aderindo a esta orientação nas suas publicações conforme destacado pela Tabela 3.

**Tabela 3 – Divulgação de Políticas Contábeis Adotadas para Reconhecimento de Receitas**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Empresa** | **2008** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** |
| Ambev | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Braskem | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| BRF | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Companhia Siderúrgica Nacional | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Cosan | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Gerdau | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| JBS | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Marfrig | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Metalúrgica Gerdau | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| MMX Mineração | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Petrobrás | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Usiminas | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Vale | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| **Total** | **100%** | **92%** | **100%** | **100%** | **100%** | **100%** |

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2014).

A única exceção, no período analisado, foi a Marfirg no ano de 2009 que não fez nenhuma menção aos critérios adotados pela empresa para reconhecimento de receitas. A publicação das Demonstrações Financeiras do período anterior (2008) da Marfrig já demonstrava um nível muito pequeno de qualidade nas informações relacionadas às políticas assumidas pela companhia, o que demonstra que apenas no ano da obrigatoriedade de adesão em 2010 foi dada a devida atenção ao tema. De forma geral, o nível de divulgação das práticas adotadas pelas empresas já era satisfatório antes da adoção do IFRS no Brasil.

Em relação aos critérios divulgados pelas empresas para reconhecimento de receitas os mesmos são aderentes às normas estabelecidas pela regulação em maior parte da amostra estudada. Abaixo são destacados os resultados de acordo com os critérios determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, onde:

q: quantidade de empresas que divulgaram o critério;

%: relação percentual do total de empresas analisadas.

**Tabela 4 – Critérios Adotadas para Reconhecimento de Receitas**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Critério Divulgado** | **2008** | | **2009** | | **2010** | | **2011** | | **2012** | | **2013** | |
| **q** | **%** | **q** | **%** | **q** | **%** | **q** | **%** | **q** | **%** | **q** | **%** |
| Transferência dos riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens ao comprador | 10 | 77% | 12 | 92% | 13 | 100% | 13 | 100% | 13 | 100% | 13 | 100% |
| Não envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens | 4 | 31% | 4 | 31% | 7 | 54% | 8 | 62% | 11 | 85% | 11 | 85% |
| Valor da receita possa ser confiavelmente mensurado | 5 | 38% | 6 | 46% | 11 | 85% | 10 | 77% | 13 | 100% | 13 | 100% |
| Prováveis benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade | 5 | 38% | 5 | 38% | 10 | 77% | 10 | 77% | 12 | 92% | 12 | 92% |
| Despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas | 3 | 23% | 4 | 31% | 8 | 62% | 9 | 69% | 11 | 85% | 11 | 85% |

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2014).

Com base nestes resultados evidencia-se que a qualidade das informações publicadas sobre os critérios para reconhecimento de receitas tem evoluído, principalmente a partir de 2010, ano de publicação obrigatória nos padrões do IFRS. Destaca-se que o critério que trata da transferência dos riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens ao comprador foi o que teve maior divulgação no período analisado com 77% das empresas em 2008 e 100% em 2013. Os critérios que tratam sobre a confiabilidade da mensuração do valor da receita e sobre a probabilidade da fluição dos benefícios econômicos associados à transação para a entidade também tiveram uma maior adoção desde 2008 com 38% em ambos critérios para 100% e 92%, respectivamente, em 2013. Com isso, as empresas analisadas estão atendendo, em sua maioria, aos princípios de Hendriksen e Van Breda (1999) que determinam que a receita somente deve ser reconhecida quando for: obtida e realizada (ou realizável).

No entanto, também, destaca-se que os critérios que tratam sobre o não envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens e sobre a confiabilidade da mensuração das despesas incorridas ou a serem incorridas referentes à transação são os que têm menor divulgação no período analisado. Em 2008, estes critérios tiveram uma divulgação de 31% e 23%, respectivamente, enquanto que em 2013 este percentual foi de 85% para ambos. Embora tenham tido uma grande evolução no período analisado, ainda não estão presentes na totalidade da amostra, atendendo parcialmente ao princípio da apropriação das receitas e despesas ao período de sua realização determinados por Marion (2012).

4.3 MENSURAÇÃO DA RECEITA

A Tabela 5 relaciona as empresas que divulgaram em suas respectivas Demonstrações Financeiras que receitas contabilizadas no período analisado estão mensuradas pelo seu valor justo da contraprestação recebida ou a receber conforme determina o CPC 30.

**Tabela 5 – Mensuração da Receita pelo Valor Justo**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Empresa** | **2008** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** |
| Ambev | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Braskem | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| BRF | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Companhia Siderúrgica Nacional | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Cosan | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Gerdau | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| JBS | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Marfrig | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Metalúrgica Gerdau | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| MMX Mineração | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Petrobrás | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Usiminas | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Vale | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| **Total** | **23%** | **31%** | **85%** | **85%** | **100%** | **100%** |

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2014).

Os dados analisados demonstram que antes da implantação do IFRS em 2010, somente as empresas Gerdau e a Ambev adotavam o conceito de valor justo para a mensuração da receita em suas Demonstrações Financeiras, ou seja, 23% da amostra. Em 2009, a BRF adotou o valor justo, mas somente em 2010 grande parte das empresas analisadas publicaram o mesmo conceito, atingindo 85% da amostra.

A partir de 2012, todas as empresas publicaram que suas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber estando em conformidade com o conceito definido por Hendriksen e Van Breda (1999) que determina que a receita, independentemente de como seja definida, deve ser medida, em termos ideais, pelo valor de troca do produto ou serviço da empresa.

O atingimento de 100% da amostra analisada destaca a importância que as empresas de capital aberto dirigem ao conceito de valor justo, introduzido pelo IFRS. Esta alta adesão trás maior segurança aos acionistas e ajuda a reforçar que a capacidade de atração de novos investidores está vinculada a adesão aos padrões internacionais conforme defendem Barth, Landsman e Lang (2008).

4.4 DIVULGAÇÃO DA RECEITA RECONHECIDA POR CATEGORIA E RECEITA PROVENIENTE DA TROCA DE BENS E SERVIÇOS

A divulgação do valor da receita reconhecida por categoria proveniente da venda de bens, prestação de serviços, juros, royalties e/ou dividendos teve 100% de atendimento pelas empresas no período analisado. No entanto, nenhuma empresa divulgou o montante de receitas provenientes de troca de bens ou serviços incluídos em cada categoria significativa de receita.

A contabilização por categoria de receita já era praticada pelas empresas antes da implantação do IFRS, todavia, com uma menor qualidade de informação. O padrão internacional fez com as informações publicadas fossem revisadas e adequadas aos critérios estabelecidos pela norma no que se refere reconhecimento, mensuração e divulgação.

Em relação a publicação da receita proveniente da troca de bens e serviços ainda não parece ser um conceito bem disseminado no mercado, ou tais transações não representam relevância para que sejam comunicados ao mercado. Porém, nenhuma empresa fez qualquer menção a negociações deste tipo no conjunto de suas Demonstrações Financeiras não estando aderente aos princípios da norma.

4.5 CONCILIAÇÃO ENTRE A RECEITA DIVULGADA E A RECEITA UTILIZADA PARA FINS TRIBUTÁRIOS

A conciliação da receita é uma informação importante aos acionistas da empresa, porque demonstra transparência na divulgação da receita líquida apresentada nos relatórios contábeis, o que é determinante para a apuração de resultados do período. A Tabela 6 demonstra as empresas que divulgaram a conciliação entre a receita apresentada na demonstração do resultado e a registrada para fins tributáveis no período analisado.

**Tabela 6 – A Conciliação entre a Receita Divulgada na Demonstração do Resultado e a Registrada para Fins Tributáveis**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Empresa** | **2008** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** |
| Ambev | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Braskem | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| BRF | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Companhia Siderúrgica Nacional | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Cosan | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Gerdau | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| JBS | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Marfrig | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Metalúrgica Gerdau | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| MMX Mineração | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Petrobrás | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Usiminas | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| Vale | **** | **** | **** | **** | **** | **** |
| **Total** | **15%** | **15%** | **85%** | **92%** | **92%** | **92%** |

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2014).

A conciliação determinada pelo CPC 30 somente foi apresentada pelas empresas Gerdau S.A. e Metalúrgica Gerdau no ano de 2008, o que representa 15% da amostra, devido a antecipação voluntária destas empresas ao IFRS. A adesão maior deu-se a partir do ano de 2010 com 85% das empresas, todavia, não atingiu a totalidade da amostra em 2013, permanecendo em 92%, pois a Vale não divulga tais informações em suas Demonstrações Financeiras.

Finalmente, as empresas analisadas divulgam as políticas utilizadas para o tratamento das receitas em conformidade com os requerimentos exigidos, bem como atendem os cinco critérios básicos de reconhecimento de receitas: transferência dos riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens ao comprador, não envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens, valor da receita possa ser confiavelmente mensurado, provável benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade e despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas.

Do mesmo modo, a mensuração da receita é realizada pelo seu valor justo da contraprestação recebida ou a receber, que é um fator relevante no atendimento das normas internacionais, e estão adequadamente evidenciadas nas categorias de venda de bens, prestação de serviços, juros, royalties e/ou dividendos. A publicação da receita proveniente da troca de bens e serviços ainda não tem sido praticada pelas empresas, todavia, a divulgação entre a conciliação entre a receita apresentada na demonstração do resultado e a registrada para fins tributáveis é uma pratica bem disseminada no mercado. Estes fatores demonstram que o processo de reconhecimento de receitas deste grupo de empresas se mostra satisfatório em relação as normas internacionais.

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como objetivo avaliar como as empresas de capital aberto no Brasil estão atendendo aos princípios de reconhecimento de receitas estabelecidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Com isso, foram analisados o cumprimento dos critérios para reconhecimento de receitas de uma amostra de empresas pertencentes à carteira teórica do índice Bovespa, por meio da análise de suas Demonstrações Financeiras divulgadas para o mercado no período de 2008 a 2013.

As empresas analisadas, em sua maioria, aderiram ao IFRS no ano de 2010. Com isso, a qualidade das informações divulgadas ao mercado apresentou melhorias no decorrer dos anos. Aquelas empresas que decidiram antecipar-se a adesão às normas internacionais (Metalúrgica Gerdau, Gerdau S.A. e Ambev), apresentaram informações com maior qualidade antes das demais, pois conseguiram se preparar melhor para as mudanças. Este fato, pode ser um fator diferencial na atração de investidores, contudo, necessita de estudos mais específicos em relação ao tema para alcançar esta conclusão.

Considerando os resultados obtidos na análise, pode-se se inferir que as empresas compreendidas neste estudo estão aderentes aos princípios de reconhecimento de receitas estabelecidos pelas normas internacionais. As exceções encontradas não alteram significativamente as conclusões da amostra consolidada. Contudo, ressalta-se que, apesar da representatividade da amostra, não pode ser concluído que as demais empresas participantes do mercado de capitais brasileiro também são aderentes aos princípios de reconhecimento de receitas.

Com o produto da análise das informações publicadas pelas empresas foi possível obter argumentos e evidências aceitáveis para compreender que a maneira como as empresas de capital aberto no Brasil tratam o reconhecimento de suas receitas nos Demonstrativos Financeiros atende aos princípios da norma emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o que gera transparência aos seus diversos *stakeholders.*

Para estudos futuros, sugere-se realizar essa pesquisa em outros setores específicos da economia, tais como serviços financeiros e distribuição de energia. Estes setores tendem a contribuir para a discussão sobre o desenvolvimento da qualidade da informação contábil.

# REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Intermediária:** de acordo com as exigências de MEC para o curso de “Ciências Contábeis”; textos, exemplos e exercícios resolvidos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R.; LANG, Mark H. International Accounting Standards and Accounting Quality. **Journal of Accounting Research**. v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.

COELHO, Carina M. P.; NIYAMA, Jorge, K.; RODRIGUES, Jomar M. Análise da Qualidade da Informação Contábil Frente a Implementação dos IFRS: uma Pesquisa Baseada nos Periódicos Internacionais (1999 a 2010). **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. v. 6, n. 2, p.7-20, jul.-dez. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 30: Receitas**, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 03 set. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 46: Mensuração do Valor Justo**, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 25 out. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n° 1.412/12, de 26 de outubro de 2012**. Dá nova redação a NBC TG 30 - Receitas. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\_sre.aspx?Codigo=2012/001412>. Acesso em: 03 set. 2014.

DELLAGNELLO, Eloise; SILVA, Rosimeri Carvalho.Análise de Conteúdo e sua Aplicação em Pesquisa na Administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano F.; ZOUAIN, Deborah Moraes (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Administração**: teoria e prática. São Paulo: FGV, 2005. p. 109-113.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAY, Sidney. **Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally**. Abacus, p. 1-15, March, 1988.

HENDRIKSEN, Eldon S; VAN BREDA, Michael F. **Teoria** **da** **Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José C. **Introdução à Teoria da Contabilidade para o Nível de Graduação**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS Eliseu. GELBCKE, Rubens Ernesto; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo. Atlas, 2012.

KAM, Vernon. **Accounting Theory**. New York. John Wilwy & Sons, 1986.

MARION, José C. **Contabilidade Empresarial.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**: causa das diferenças internacionais, convergência contábil internacional, estudo comparativo entre países, divergências nos critérios de reconhecimento e mensuração, evidenciação segundo FASB e IASB. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, Cesar Augusto T. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PAULO, Edilson. Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações e debêntures pelas companhias abertas brasileiras. **Brazilian Business Review**, Vitória, v. 9, p. 1-26, jan.-mar. 2012.

PAYNE, Wendy M; RANAGAN, Julia E. To Converge or Not to Converge? A question for modern-day standards-setters. **Journal of Government Financial Management**. v. 57, p. 1. Spring, 2008.

PERERA, Hector; BAYDOUM, Nabil. Convergence with International Financial Reporting

Standards: The Case of Indonesia. **Advances in International Accounting**. v. 20, p. 201-224. 2007.

RAUPP, Fabiano M; BEUREN, Maria Ilse. Metodologia de Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Maria Ilse. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade:** Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 76-97.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v.1, n. 1. p. 1-15, jul. 2009.

VICKREY, Don W. Is accounting a measurement discipline? **The Accounting Review**. v. 45, n. 4, p.731-742, Out. 1970.